

O índio brasileiro: de dono da terra à marginalização

Joselaine Brondani Medeiros

Quem me dera, ao menos uma vez,
Ter de volta todo o ouro que entreguei
A quem conseguiu me convencer
Que era prova de amizade
Se alguém levasse embora até o que eu não tinha.

Quem me dera, ao menos uma vez,
Como a mais bela tribo, dos mais belos índios,
Não ser atacado por ser inocente.

Nos deram espelhos e vimos um mundo doente
Tentei chorar e não consegui.
(Trechos da música *Índios*, do grupo Legião Urbana)

RESUMO

O índio, desde o descobrimento do Brasil, vem sofrendo com discriminações, violência e exploração. O “verdadeiro” dono da terra hoje não tem terra nem meio de sobrevivência, vivendo à margem da sociedade e não tendo voz nem oportunidades. O que se pretende, com esse artigo, é resgatar, através da Literatura, a História dos índios, que está na marginalidade. No Brasil, ele é esquecido ou, então, idolatrado, visto como o “bom selvagem”, o mito fundador, porém não se questiona a sua realidade atual nem se tenta fazer algo para que sua dignidade e esperança sejam recuperadas.

Palavras-chave: Índio. História. Marginalização.

The Brazilian Indian: From landlord to marginalization

ABSTRACT

Indians have been suffering from discrimination, violence and exploration since the discovery of Brazil. The “genuine” owner of the land today does not have land, neither a way of survival. He lives apart from society and has neither voice, nor opportunity. What is intended with this article is to recover, through Literature, the Indian History, which is marginalized. In Brazil, he is forgotten or worshiped; he is seen as “the good savage”, “the myth founder”, but it is not questioned his current reality, nor one tries to do something in order to recover his dignity and hope.

Key words: Indian. History. Marginalization.

Joselaine Brondani Medeiros é doutoranda (PUCRS). Atividades de pesquisa relacionadas aos temas autoritarismo, violência, desumanização, crítica social, intersecção entre Literatura, História, Sociologia. Dissertação de Mestrado sobre a obra *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos, e tese em andamento sobre as obras testemunhais *É isto um homem?* e *A trégua*, do autor italiano Primo Levi.

Endereço para correspondência: Dr. Pantaleão, 50, apto. 201. CEP: 97010-180. Santa Maria/RS. Fone (55) 3222.1442. E-mail: jobrmediros@hotmail.com

Textura	Canoas	n.16	p.32-43	jul./dez. 2007
---------	--------	------	---------	----------------

O COMEÇO DO FIO

Neste artigo, propõe-se uma análise das obras *História da Província de Santa Cruz que vulgarmente chamamos de Brasil*, de Pero de Magalhães Gândavo, *Ubirajara*, de José de Alencar e *A Expedição Montaigne*, de Antônio Callado, visando observar a representação do índio nessas obras, uma vez que pertencem a períodos distintos e trazem na sua base visões ideológicas, bem como verificar como é construída a sua identidade ao longo das épocas.

Os índios foram os primeiros habitantes da terra brasileira, e as próprias cartas dos viajantes confirmam tal fato. Quando a frota de Cabral ancorou em Porto Seguro, os membros da tripulação viram os índios como conta, por exemplo, Pero Vaz de Caminha, na carta ao rei de Portugal dom Manuel I, e Pero de Magalhães Gândavo em *História da Província de Santa Cruz*.

Os índios possuíam seus costumes, suas crenças, seus rituais, seu modo de viver sempre em contato com a natureza, donde tiravam o seu alimento. A natureza e o índio viviam em plena harmonia até a chegada dos portugueses, que dizimaram os índios e depredaram a natureza com o intuito de obter bens materiais. Os portugueses não tinham o objetivo de colonizar, mas, sim, de obter riquezas e voltar para a sua terra. Porém, nem sempre é essa a História apresentada: Pero de Magalhães Gândavo, por exemplo, apresenta uma versão mostrando os portugueses como salvadores e os índios como bandidos e selvagens. A História oficial do descobrimento do Brasil, portanto, não é neutra. Pelo contrário, ela carrega a ideologia e os interesses de quem está no poder, ou seja, a elite portuguesa.

OS “NÓS” DA HISTÓRIA

Na obra *História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos de Brasil*, Gândavo escreve a dom Lionis Pereira, que foi governador de Malaca e de outras partes da Índia, contando como as embarcações chegaram a Província de Santa Cruz e o que encontraram nela. Semelhante a Caminha, comenta que, ao chegarem, eles rezaram e pregaram uma cruz no alto de uma árvore e que os índios apareceram e demonstraram interesse pela doutrina cristã. Desde o início, fica claro o interesse dos portugueses: catequizar os índios e cristianizá-los.

A Companhia de Jesus, que veio junto com os portugueses, tinha por meta aumentar o número de fiéis, uma vez que, na Europa, espalhavam-se outras doutrinas, como a luterana. Todavia, também tinham outros interesses: buscar riquezas. Ou seja, ao mesmo tempo que propagavam a fê cristã, procuravam ouro e metais preciosos para aumentar os bens da Igreja e da Coroa portuguesa.

Atrás desse objetivo “tão nobre” de cristianizar os selvagens, os portugueses exploraram o território brasileiro, como descreve Gândavo, ao dizer que aqui encontraram terras boas e férteis: “toda está vestida de mui alto e espesso arvoredo, regada com as águas de muitas e mui preciosas ribeiras de que abundantemente participa

toda a terra, onde permanece sempre a verdura com aquella temperatura de primavera que cá nos offerece Abril e Maio” (GÂNDAVO, 2000, p.7). Descreve também as plantas, as frutas e os animais nativos que aqui encontrou.

No entanto, ele dedica muitas páginas à descrição do *gentio*, que habitava na província. Segundo sua visão, os índios eram desagradáveis, desumanos, cruéis e bárbaros, inclinados a brigas e a guerras, geralmente por vingança. Além disso, “sam sui deshonestos e dados á sensualidade e assi se entregam aos vícios como se nelles nam houvera razão de homens” (GÂNDAVO, 2000, p.25).

Para ele, os índios eram como os animais ferozes, difíceis de serem domesticados, andavam nus mostrando suas vergonhas e adotavam a poligamia. Criavam seus filhos viciosamente, não aplicando castigo nem lhes ensinando a ter vergonha de mostrar as suas vergonhas. Essa marca mostra o distanciamento entre as duas culturas: a indígena e a portuguesa, eurocêntrica. A palavra “vergonha” é ambígua, significando tanto embaraço e constrangimento, como os órgãos sexuais dos indígenas que ficavam desnudos. Isso era inquietante para a moral portuguesa, mascarada de pudores e de regras sociais e religiosas.

Com relação à língua, Gândavo escreve que era exótica, como seus falantes, mas, na verdade, o que mais lhe chamava atenção era a ausência de três letras F, L e R. Isso, para ele, era espantoso, pois “nam têm Fé, nem Lei, nem Rei, e desta maneira vivem desordenadamente sem terem alem disto conta, nem peso, nem medido” (GÂNDAVO, 2000, p.25). Dessa forma, os portugueses implantaram as capitanias, com povoados, cristianizaram os índios, que passaram a servir de escravos, e exploraram livremente o continente, primeiro extraindo madeira e destruindo a natureza, depois explorando o interior, buscando ouro e pedras preciosas, que foram enviadas para a Coroa portuguesa.

Finalmente que como Deos tenha de muito longe esta terra dedicada á Christandade e o interesse seja o que mais leva os homens tras si que outra nenhuma cousa que haja na vida, parece manifesto querer interte-los na terra com esta riqueza do mar até chegarem a descobrir aquellas grandes minas que a mesma terra promete, pera que assi desta maneira tragam ainda toda aquella cega e bárbara gente que habita nestas partes, ao lume e conhecimento da nossa Santa Fé Cathólica, que será descobrir-lhe outras maiores no céu, o qual nosso senhor permita que assi seja pera gloria sua e salvação de tantas almas. (GÂNDAVO, 2000, p.23)

Os portugueses tinham como missão explorar o continente, tanto que o Brasil nasceu e foi sustentado pelos seguintes pilares: desigualdades sociais, discriminações, pobreza e subdesenvolvimento. O que houve no Brasil, de acordo com Chauí (2000), foi só a sua fundação, como nação, mas não a sua formação e conseqüente transformação. A nação cresceu sob o signo das adversidades e contradições.

Na Literatura Colonial, o índio foi marginalizado, destituído de sua identidade e taxado de “mal”, por não adotar a religião católica, por andar nu, por ser canibal, ou

seja, por ser ele mesmo. O índio devia seguir os moldes e a conduta dos portugueses, ou melhor, virar um fantoche dos portugueses, domesticado e aculturado. No período romântico, a temática indígena aflora novamente, sobretudo com José de Alencar. Este autor se insere em uma época que busca afirmar a nação brasileira. Como enfatiza Candido (2000), no Romantismo, busca-se aliar o patriotismo e o nativismo, ou seja, o sentimento de apeço à nação, em vias de formação, e o intuito de produzir uma literatura independente aliado ao sentimento de exaltação da natureza. Em *Literatura e subdesenvolvimento*, Candido (1987, p.141) continua salientando que:

a idéia de *pátria* se vinculava à de natureza e em parte extraía dela a sua justificativa. Ambas conduziam a uma literatura que compensava o atraso material e a debilidade das instituições por meio da supervalorização dos aspectos regionais, fazendo do exotismo razão de otimismo social.

A idéia de “terra bela – pátria grande” (CANDIDO, 1987, p.142) está presente nos romances indianistas de Alencar, que são bastante idealizados e mostram, por exemplo, um índio bravo, lutador, forte, filho da terra e sem medo de enfrentar os perigos. Assim como *O Guarani* (1857) e *Iracema* (1865), *Ubirajara*, publicado em 1874, tem como personagem um índio idealizado, exaltado como herói e como unificador da raça indígena. A única diferença é que a narrativa se desenrola em um período anterior à chegada do descobridor no Brasil. Há, nessa obra, inúmeras notas de rodapé, escritas pelo autor, cuja intenção é detalhar o índio e aspectos da sua cultura, bem como mostrar visões de historiadores, viajantes ou escritores sobre o próprio processo de colonização.

Apesar de ser a última obra indianista de Alencar, ele continua comprometido com o indianismo ao relatar a história de Jaguarê, que era filho de Camacã, chefe dos araguaiaias, e queria, assim como seu pai, ser um grande guerreiro. Para isso, precisava achar um outro guerreiro a sua altura, partindo ao encontro dele. Na floresta, conhece uma caçadora, Araci, que era “filha da valente nação dos tocantins” (ALENCAR, 1974, p.15) e se encanta pela sua beleza. Esta foge para sua aldeia e avisa Pojucã, que vem ao encontro de Jaguarê. Na floresta, é travada uma luta entre os dois guerreiros. A luta é intensa, pois ambos são muito fortes e bravos; porém, a valentia de Jaguarê é maior, e Pojucã se torna seu prisioneiro.

Quando o corpo robusto de Pojucã tombava, cravado pelo dardo, Jaguarê d’um salto calcou a mão direita sobre o ombro esquerdo do vencido, e brandindo a arma sangrenta, soltou o grito do triunfo:

- Eu sou Ubirajara, o senhor da lança, o guerreiro invencível que tem por arma a serpente. Reconhece o teu vencedor, Pojucã, e proclama o primeiro dos guerreiros, pois te venceu a ti, o maior guerreiro que existiu antes dele. (ALENCAR, 1974, p.26-7)

Depois disso, Jaguarê, agora Ubirajara, parte para sua aldeia e conta os seus feitos gloriosos, sendo aclamado pelo seu pai e pelo restante da tribo. Pojucã, o inimigo vencido, confirma que Ubirajara é o guerreiro mais corajoso e poderoso de toda nação indígena, dizendo que “seu braço é como corisco do céu; e a sua força como tempestade que desce das nuvens” (ALENCAR, 1974, p.31). Ubirajara consagra-se chefe dos araguaiaias.

Pojucã agora era escravo da tribo araguaia e ali permaneceria até a sua morte. Mesmo sendo uma situação humilhante, que lhe causava vergonha, o índio não fugia e cumpria a sua sina até a morte, pois “ele não se pertencia desde o momento em que Ubirajara calcou-lhe a mão no ombro” (ALENCAR, 1974, p.39). Mesmo derrotado, o índio não perdia a sua dignidade. Tanto o vencedor como o vencido demonstram sensatez e bravura.

Jandira era apaixonada por Ubirajara e desejava se casar com ele, mas o costume da aldeia era oferecer a mais bela virgem ao prisioneiro para que ela conservasse o sangue do herói inimigo e aumentasse a nobreza e valentia da nação. Jandira é oferecida a Pojucã, porém ela o rejeita e foge para floresta.

Ubirajara não conseguia esquecer a formosa Araci e acaba entrando na tribo tocantins, como um desconhecido, sendo, então, recebido como um hóspede ilustre. Como frisa Alencar (1974) a hospitalidade foi sempre uma coisa sagrada entre os índios das várias aldeias. Itaquê, chefe dos tocantins, oferece-lhe “o cachimbo da paz” (ALENCAR, 1974, p.50) para selar a amizade. Após esse ritual, eles tinham que escolher um nome para o desconhecido, que passa a ser chamado de Jurandir. “O rito da hospitalidade, entre os filhos da floresta, manda que se dê ao estrangeiro amigo tudo que deleita ao guerreiro” (ALENCAR, 1974, p.57). O único desejo de Jurandir era ter como esposa Araci, filha de Itaquê.

Araci logo reconheceu que Jurandir, na verdade era Ubirajara da nação araguaia e seu coração se encheu de alegria. Ela também desejava se casar com o guerreiro. Outros guerreiros tocantins queriam se casar com Araci, e todos teriam que disputar o coração da amada, através de provas de valentia. Após várias disputas, que faziam parte dos costumes dos indígenas, como arremesso de tacape e corridas com toro de madeira, Jurandir se consagrou vencedor. Mesmo depois de vencida a prova com os rivais, ele teve que demonstrar coragem, porque tinha que meter a mão em um vaso cheio de formigas famintas. Mas a recompensa veio: “Jurandir abriu os braços e recebeu a esposa que se entregava a seu amor. O guerreiro suspendeu a virgem formosa ao colo; e levou-a à cabana do amor que ele construía à margem do rio” (ALENCAR, 1974, p.74).

Com o passar do tempo, o hóspede tinha que dizer donde vinha e qual era o seu nome verdadeiro. Itaquê ficou sabendo que o desconhecido era Ubirajara e que este tinha feito seu filho, Pojucã, prisioneiro. Assim, é declarada a guerra, e Ubirajara parte para sua tribo, com o intuito de reunir os guerreiros. Araci fica triste, contudo o chefe araguaia diz que nada os separaria.

Na sua tribo, Ubirajara, liberta Pojucã porque não sabia que ele era filho de Itaquê. Antes da guerra entre araguaia e tocantins, aparecem os tapuias para lutar com os guerreiros tocantins, visto que Pojucã havia incendiado algumas barracas da aldeia deles. No combate, Itaquê fica cego, porém mata Canicrã, chefe da tribo tapuia. Agniná quer vingar a morte do irmão Canicrã: “era grande a multidão dos guerreiros; e maior a tornavam a sanha da vingança e a fama do chefe que a conduzia” (ALENCAR, 1974, p.89). Para vencê-los, une-se os guerreiros da nação araguaia e tocantins. Assim, os tapuias vão embora.

Para comemorar a vitória, as tribos se unem, tornando-se uma só. Itaquê e Ubirajara lançam setas: “as duas setas desceram trespassadas uma pela outra como os braços do guerreiro quando se cruzam ao peito para exprimir amizade” (ALENCAR, 1974, p.91). Esse gesto simbolizava a união das duas nações. Restava somente comemorar.

Araci cordialmente busca Jandira, dizendo que há lugar para as duas no coração de Ubirajara, tanto que Araci será a esposa do chefe tocantins e Jandira a do araguaia. Ou seja, nas comunidades indígenas, a poligamia era algo natural, e as mulheres aceitavam que seu marido tivesse outras esposas.

Ubirajara, com suas duas mulheres, Araci e Jandira, vive feliz e almeja ter muitos filhos. Ubirajara, de acordo com o próprio Alencar (1974), é irmão de Iracema, a virgem dos lábios de mel, que, além de bela, é corajosa e forte, mas que se deixa vencer pelo amor a um branco, tendo que abandonar à sua tribo de origem, e sozinha dá a luz ao seu filho, Moacir. Este é o primeiro brasileiro, filho da dor. A mesma dor dos índios que depois foram despojados da sua terra e de si mesmos. A dor, por fim, de ser filho de um Brasil que nega a cultura indígena.

Bosi (1996) observa que as três obras indianistas de Alencar (*Iracema*, *O Guarani* e *Ubirajara*) foram produzidas em um contexto em que havia grandes contradições na sociedade. A Colônia se emancipava da Metrópole, porém continuava dependente economicamente.

O corte *nação/colônia, novo/antigo* exigia, na moldagem das identidades, a articulação de um eixo: de um lado, o pólo brasileiro, que enfim levantava a cabeça e dizia o seu nome; de outro, o pólo português, que resistia à perda do seu melhor quinhão. (BOSI, 1996, p.177)

O país independente queria se consolidar, daí o nacionalismo tão marcante, só que, nas fissuras de sustentação, estava um país de base escravocrata e totalmente dependente. Bosi (1996) defende que na América Latina existiram dois tipos de nacionalismo, sendo que o primeiro consistia em um respeito às origens nativas, como é o caso, por exemplo, do Peru. Já o segundo consistia em uma construção elaborada pela perspectiva do colonizador. Em decorrência disso, no Brasil, não houve o devido reconhecimento e orgulho pela cultura nativa inicial.

Alencar quis firmar o nacionalismo através da exaltação e idealização do índio. No entanto, o modelo era importado, isto é, copiado do americano, tanto que muitos críticos literários geralmente o acusam de imitar Fenimore Cooper, por exemplo. A literatura romântica tentou-se firmar como nova, e, em *Ubirajara*, há somente a presença do índio, a sua linguagem, os seus costumes. Porém não se pode negar que ainda há laços amarrados à tradição. Nesse romance, “o selvagem não se dará em total liberdade social. Encontra-se em hierarquização social, paralela, e tão rígida quanto a européia” (SANTIAGO, 1982, p.105). Tal posicionamento é compartilhado por Bernd (1992, p.19) que ressalta que, no Romantismo, “o literário incorpora uma *imagem inventada* do índio, excluindo a sua voz”. A construção da identidade é, dessa forma, elaborada levando em conta o tipo eurocêntrico, sem autonomia e sacralizante, uma vez que se volta para os mitos, sem recuperar a memória coletiva local.

O “Brasil-paráiso”, descrito por Caminha e Magalhães em seus relatos, com sua natureza exuberante, sua fauna e flora riquíssima escondia (ou escamoteava?) entre suas raízes o escravismo. “Como justificar a escravidão no paraíso?” (CHAUÍ, 2000, p.63) Através da difusão da idéia de que há uma estrutura de poder, na qual “o superior naturalmente comanda e subordina o inferior” (CHAUÍ, 2000, p.64). Esse conceito era justificado através da teoria do direito natural, postulada na idéia de que Deus era o legislador supremo, e, a partir dele, partia uma hierarquia de seres, segundo sua perfeição e seu grau de poder. Depois de Deus, vinham os “salvadores”, ou seja, os cristianizadores dos povos. Os portugueses eram os representantes da vontade de Deus, significando, ao mesmo tempo, harmonia e lei. Os nativos eram juridicamente inferiores e deviam ser mandados pelos superiores naturais, o conquistador-colonizador. A inferioridade dos nativos justificava, portanto, a sua servidão. Nesse contexto, o governante não representava somente os seus governados, mas também o próprio Deus. E o Deus, como afirma Gândavo (2000), abençoa as pessoas santas e boas, como os padres e governantes, que querem difundir a fé cristã e salvar os indígenas do inferno.

O conquistador, com essa ideologia, dominou os índios, que acabaram perdendo a sua identidade. Essa perda da identidade se deu, sobretudo, com o batismo, que significava a conversão, e o branqueamento dos nativos, absorvendo não só a religião, mas a cultura e os costumes dos portugueses.

O resultado disso é um índio marginalizado, sem terra, teto e sem raiz. O “índio-animal domesticado” não tem mais um “Brasil-paráiso” para tirar o seu sustento, porque as suas terras já não são suas. Elas estão nas mãos dos fazendeiros, dos donos de mineradoras e dos poderosos, que desmataram a natureza e retiraram os seus recursos minerais.

O índio Ipavu, de *A Expedição Montaigne*, representa a realidade dos povos indígenas brasileiros, que vivem na pobreza, excluído, sem a mínima condição de higiene, saúde precária e que estão entregues à bebida e à promiscuidade.

Ipavu é um índio tísico, sobrevivente do ex-presídio de Crenaque, em Minas Gerais, que havia sido fechado “e tudo quanto era índio porrista e mau caráter tinha

sido mandado de volta pro mato” (CALLADO, 1982, p.11). Restavam três presos: Ipavu, Atroari e Canoeiro, sob os cuidados de Seu Vivaldo, que os incentivava a roubar. Assim, eles tinham sempre muita cerveja, carne seca, cachaça, goiabada e ovos. “Ele, Seu Vivaldo, Atroari e Canoeiro chega cuspiam gemada de tanto ovo que roubavam” (CALLADO, 1982, p.16).

Todos eram felizes no ex-presídio indígena, sobretudo seu Vivaldo que viu ser criado o reformatório e “achava índio o próprio estrume da terra, quer dizer, gente que só podia servir de adubo pra lavoura de branco e pra pasto de boi de branco” (CALLADO, 1982, p.19). Ou seja, a concepção elitista e racista de que o índio era inferior permaneceu. Seu Vivaldo se achava superior, porque era branco e representava a justiça. Ao índio só restava obedecer. Se não obedecesse, apanhava. Antigamente Crenaque era um lugar de opressão, e, nos labirintos do presídio, muitos índios haviam morrido de forma brutal, tanto que era vista como a *Dachau* brasileira. Hoje “Crenaque estava às moscas, os pataxós e crenaque propriamente ditos espalhados pelas cercanias, plantando milho, bebendo pinga” (CALLADO, 1984, p.22).

Com a chegada do quixotesco Vicentino Beirão, que quer fazer uma “revolução” e formar um exército de índios, de modo que eles lutem por seus direitos e vivam na terra que sempre fora deles, seu Vivaldo, Canoeiro e Atroavi fogem para o mato e formam um bando, praticando assaltos, homicídios e estupros por todo o estado de Minas Gerais. O exército de Beirão será de um homem, ou melhor, de um índio só, Ipavu. Beirão quer restituí-lo a aldeia dos índios do Xingu, mas Ipavu só aceita participar da expedição porque quer recuperar o seu gavião de estimação, chamado de Uirucu.

Ipavu não quer voltar a viver na aldeia, pois já havia assimilado a cultura do branco e achava atrasado o modo de vida dos índios no meio do mato, sem nenhuma “modernidade”, como “cerveja, tira-gosto, empada, nem dinheiro, nem grana” (CALLADO, 1984, p.39). Achava o pajé Ieropé “muito bunda e atrasadão, fumando aquele charuto de folha pra soprar nos doentes e secando umas merdas dumas ervas do mato, que tanto serviam pra dor de dente como pra extrema-unção” (CALLADO, 1984, p.33).

A obra *A Expedição Montaigne*, de Antonio Callado, mostra o índio corrompido pela sociedade do branco, com valores deturpados e vítima de uma política repressora, discriminatória e muito manipuladora, visando somente aos interesses da elite. Como ressalta Fernandes (1974), o passado colonial converte a separação entre minoria privilegiada e a grande massa excluída, sendo esta esquecida, ignorada ou subestimada.

A degradação do indígena é nítida através da figura do pajé, que já não é mais curandeiro, suas ervas não fazem o mesmo efeito dos remédios, trazidos pelos brancos. Ele não conseguiu curar Maria Jaçanã e ninguém mais o procurava, ficando sozinho, abandonado, como a sua cultura. O aprendiz Javari não mais apareceu, porque o chefe do posto o tinha declarado “civilizado, emancipado e dado a ele emprego de servente no posto” (CALLADO, 1984, p.66). O pajé magro, negro e muito doente morre e leva para o seu túmulo a sua cultura em cinzas, as suas ervas e o seu cachimbo já sem

fumaça. Não há esperança: “o pajé Ieropé de agora em diante mais ainda, nunca mais ia foder, nem curar ninguém: não era mais pajé, e era só meio homem, meio mulher” (CALLADO, 1984, p.92).

No trajeto de volta a aldeia o louco Vicentino Beirão tinha sido picado por mosquitos e pegara maleita. Tremia, chocalhava muito e, nos devaneios, ocasionado pela febre alta, pedia a caixa, que trazia cuidadosamente. Dentro dela havia um boneco: Montaigne. É interessante pensar no próprio título da obra *A Expedição Montaigne* e no porquê de Callado usar *Montaigne*.

Michel Montaigne era um pensador francês, autor de *Os ensaios*, publicados em 1580. Em um dos seus capítulos, como comenta José Alexandrino de Souza Filho (2002), o escritor aborda a questão *Dos Canibais* e trata do índio brasileiro. A partir daí nasce o mito do bom selvagem, ou seja, “a idéia de que o homem natural vivia melhor que o homem civilizado, pois era livre, saudável e mantinha relações de igualdade social com seus semelhantes” (SOUZA FILHO, 2002, p.2). Além disso, Montaigne teve contato com o índio, o que possibilitou o seu trabalho de fabulação. “O índio brasileiro aparecerá como porta-voz de idéias que visam, de um lado, mostrar a relatividade dos costumes e, de outro, criticar a desigualdade social na sociedade francesa da época” (SOUZA FILHO, 2002, p.1).

É interessante contrapor a visão de mundo de Ipavu, que está ligada à cultura indígena, enquanto que a de Vicentino apresenta fortes laços com a cultura européia, sobretudo a francesa. É curioso que Vicentino Beirão deseja apagar a colonização e devolver o Brasil aos índios, mas, ao mesmo tempo, esteja tão inserido na cultura européia. A visão de mundo e o referencial que Vicentino utiliza para entender os acontecimentos e as personalidades que admira são oriundos de culturas da Europa. Sua identidade está tão ligada ao universo cultural da França que é com o nome do filósofo francês Montaigne, que batiza sua empreitada para levantar as tribos indígenas contra os brancos.

Assim, percebe-se a crítica do autor à sociedade brasileira europeizada ao mostrar o conflito de identidade do jornalista Vicentino Beirão, que quer criar uma nação indígena com olhos voltados para a Europa. Esse conflito de identidade também está presente em Ipavu que não quer mais ser um índio como os de antigamente, que viviam no mato, pois ele agora está “civilizado”, quer cerveja, botequim, arranha-céu e até um cineminha.

Ao chegar à aldeia, praticamente abandonada, Ipavu pega a sua ave e deixa Vicentino preso na gaiola. Quando Vicentino Beirão acordou, viu que estava preso e havia sido posto em uma fogueira, servindo a rituais indígenas. Beirão “adquiria uma importância vital, consumido em si mesmo, reduzindo, por assim dizer, às cinzas dele próprio o ser que nunca devia ter sido” (CALLADO, 1982, p.122). O fim de Beirão é ardendo sob o fogo, como num mergulho ao inferno.

Porém não é só Vicentino Beirão que morre, Ipavu também morre na canoa, que passa a ser conduzida pelo gavião. Javari encontra a canoa e vê “um índio camaiurá, do tope dele mesmo, como ele também, mas mortinho, mortinho, lambuzado de sangue e

com um risco de sangue meio coalhado, feito um fio de miçanga vermelha escorrendo pelo canto da boca dele até o pescoço” (CALLADO, 1982, p.125). Ipavu segue rio abaixo conduzido pelo gavião. Como uma assombração, a canoa, Ipavu e o gavião seguem para o rio Morená . Agora a canoa já era uma miniatura, “numa rosca distante do Tuatuari, já parecia uma escura serpente com topete de garça” (CALLADO, 1982, p.129).

A morte do índio representa mais uma vez a morte da cultura indígena. Ipavu virou nevoeiro, que se dissipou e não deixou rastros. A cultura e o povo indígena foram massacrados pelos brancos, que “até hoje participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão” (BENJAMIN, 1985, p.225). A História tem sido a dos vencedores. E, por isso, ela está aprisionada, congelada, dentro de um sistema opressor. Callado tenta escovar a História a contrapelo ao mostrar a realidade dos ex-donos da terra, hoje miseráveis.

AMARRANDO OS FIOS

A História do Brasil é marcada por contradições, conservadorismo e ranços autoritários. Na verdade, “o descobridor, antes de ver a terra, antes de estudar a gente, antes de sentir a presença da religião, queria saber de ouro e prata” (FAORO, 2001, p.117). O interesse era, portanto, de explorar as riquezas existentes na colônia. O português, o inglês, os reis, os governantes brasileiros, em vários períodos da História, sempre tiveram como meta explorar e não colonizar. Ou seja, visavam somente os seus interesses pessoais e não o crescimento do país como nação independente, forte e possuidora de riquezas naturais e de uma cultura já constituída.

Desde a colonização, o europeu impôs o seu modelo de pensamento e ação, reprimindo e castrando o jeito de ser do índio que aqui encontraram. Os índios e, sobretudo, as índias andavam nuas, o que despertava o desejo dos portugueses e até dos padres. “O europeu saltava em terra escorregando em índia nua; os próprios padres da Companhia de Jesus precisavam descer com cuidado, senão atolavam o pé em carne” (FREIRE, 1946, p.209). A solução era a conversão dos índios ao Cristianismo e o acultramento. Foi isso que aconteceu: o índio acabou perdendo suas origens, sendo “burro de carga” do branco, porém, no trabalho, era visto como preguiçoso, desordeiro e arredio aos mandos dos senhores, sendo, depois, substituído pelo escravo negro.

O índio acabou na miséria, sem terra, sem vida: bêbado, doente, iludido pela cultura do branco, pela cidade, que lhe proporcionaria prazer e condições melhor de vida, como o índio Ipavu, representado por Antônio Callado em *A Expedição Montaigne*. A mata já é pobre, a cidade, industrializada; e o índio não vive na mata nem na cidade, vive na periferia de tudo.

Antônio Callado representa o índio hoje; porém, este índio de hoje é fruto de um passado. O escritor tenta descortinar a História oficial e mostrar que o passado colonial destruiu o índio, sua cultura, sua raiz e sua terra. O índio do presente é marginalizado, pobre, sem voz nem vez, porque passou por esse processo de acultramento, de perda

da identidade. E o português usou violência tanto física como psicológica para conseguir a total dominação.

No entanto, tentando esquecer o período colonial, cuja figura indígena foi massacrada, nasce um período que almeja afirmar a nação e o seu representante máximo, o índio. Na época da formação do Brasil e da literatura romântica o índio foi um “símbolo nacional”, como as personagens Ubirajara, Peri e Iracema, de Alencar. O índio era forte, belo, as matas eram virgens como as personagens Iracema, Araci e Jandira. Em *Iracema*, por exemplo, Lajolo (2004, p.93) aponta que:

celebrando os primeiros encontros entre índios e brancos, o livro constitui um *romance de fundação*, e nele a oralidade fica à flor da pele. Iracema se abre e se fecha com cartas, dirigidas a um Dr. Jaguaribe (na realidade, Domingos Jaguaribe, primo do escritor). Nelas Jose de Alencar especifica o tipo de leitura pretendida: a história não só se ambientava em rincões afastados da corte, mas também retornava falando a linguagem (com fortes traços de oralidade) destes *outros brasis*.

Dar voz aos *outros brasis* é o desejo de Alencar e, assim, recuperar e/ou fixar o status de nação brasileira. Para isso vale-se do índio, primeiro habitante da terra, presente antes mesmo da colonização, como conta na obra *Ubirajara*. Com Alencar, a identidade do Brasil foi resgatada através do índio: o herói brasileiro. Contudo esse herói, muitas vezes, apresentava traços europeus, porque, no século XIX, a sociedade brasileira já assimilara a cultura européia, tanto que Peri, o índio de *O Guarani*, converte-se ao Cristianismo por amor a Ceci. Este é um exemplo claro de que a cultura européia foi dominante. Mesmo querendo mostrar a *cor local*, Alencar interpõe elementos da cultura européia. A representação do índio alencariano, apesar da recuperação da sua linguagem oral, do resgate da cultura indígena, sobretudo com a presença das notas de rodapé que servem para dar veracidade ao relato, é de um “mestiço”, interpretando “mestiço” no sentido de ser meio índio, meio português. Ou seja, o índio é nativo, tem sua língua, mas incorpora traços do colonizador. Moacir, filho da índia Iracema e do português Martin, é o filho do Brasil.

A idealização do indígena no período do Romantismo brasileiro estava ligada ao momento histórico da independência do Brasil e da afirmação do país como nação. O índio representava o que o Brasil tinha de bom: as paisagens exóticas, as matas, os rios, a natureza. Enfim, os poetas e escritores cantavam o *nosso* solo e, conseqüentemente, o seu representante máximo: o *nosso* índio.

Esse índio idealizado no Romantismo não retrata a realidade do seu povo, que sempre foi esquecido. Não basta dizer que o índio foi o primeiro habitante e o dono da Terra, deve-se tentar discutir e refletir sobre o porquê do índio ter sofrido tanta discriminação e estar a margem da sociedade e da História. A História e os que governaram o país o enterraram, porque ele representava o inferior, o dominado.

“Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão” (BENJAMIN, 1985, p.225).

O historiador/leitor deve tentar cavar os túmulos, e, em meio aos escombros, achar um fio para compor a sua História, pois “os mortos não estão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (BENJAMIN, 1985, p.224-5). Das cinzas há a possibilidade de renascer uma chama de esperança e de desejo de resgatar, pelo menos, uma parte dessa cultura tão marginalizada. Isso é possível com leituras críticas, que fazem com que o leitor reconstrua a História e perceba como se deu realmente a colonização do Brasil. A leitura pode ser um caminho para que o dominador não continue sempre vencendo.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, J. *Ubirajara*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1974.
- BENJAMIN, W. Sobre o conceito de História. In: _____. *Magia e técnica, arte e política*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BERND, Z. *Literatura e identidade nacional*. Porto Alegre: UFRGS. 1992.
- BOSI, A. *Dialética da colonização*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CALLADO, A. *A Expedição Montaigne*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. v.2.
- _____. Literatura e subdesenvolvimento. In: _____. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987.
- CHAUÍ, M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. 3.ed. São Paulo: Globo, 2001.
- FERNANDES, F. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1974.
- FREIRE, G. *Casa-grande e senzala*. 5.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1946. v.1.
- GÂNDAVO, P. M. *História da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos de Brasil*. São Paulo: Virtualbooks, 2000.
- LAJOLO, M. *Como e por que ler o romance brasileiro*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- SANTIAGO, S. *Vale quanto pesa: ensaios sobre questões político-culturais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SOUZA FILHO, J. A. de. Montaigne, os canibais e a ‘arte do blefe’. *Ciência Hoje*. Outubro de 2002, p.1-39.